

# Mutirão da Austeridade

Pode um governo impor a necessária austeridade em seus gastos com 94,3% das receitas orçamentárias comprometidos com programas específicos, ou direcionados por determinações constitucionais? Pois este é o retrato do Orçamento deste ano. As pressões de gastos acabaram comprometendo as intenções de austeridade do Plano Verão. Também o preceito constitucional de limitar os gastos com pessoal a 65% da receita líquida (deduzidos os incentivos fiscais) já foi comprometido: a folha salarial deverá consumir este mês 74% da receita.

Mas, é apenas um retrato parcial da crise fiscal brasileira, cujo "fundo do poço" o deputado José Serra, do PSDB paulista, prevê para o próximo ano. A ameaça de insolvência da Previdência Social, a crítica situação financeira das empresas estatais e a falta de recursos para a manutenção e expansão dos deteriorados serviços de infra-estrutura, completam o cenário da virtual falência do Estado brasileiro.

Em boa hora, o deputado José Serra segue iniciativas de seu colega César Maia, do PDT do Rio, e apresenta ao Congresso, no substitutivo do Orçamento de 1990, um conjunto de medidas capazes de evitar que o país seja conduzido à hiperinflação pelo agravamento da crise do setor público. Não se repete a velha fórmula de chamar apenas o contribuinte para tatar o rombo do Estado. Ela já foi aplicada à exaustão e tem correspondido ao aumento da sonegação. E da economia informal, segmento que — como destacou o presidente Sarney — continua crescendo e ignorando a crise. Mas sem contribuir para a solução do problema.

O substitutivo procura atacar de frente a crise fiscal, cortando fundo os vazamentos de receitas tributárias em compromissos pouco produtivos para o país. Além da exemplar proibição de contratações de pessoal sem a indicação de verba no Orçamento, coibe as mordomias, cortando 10% nas despesas com viagens e locação de mão-de-obra, congela os recursos para a compra e ampliação de imóveis sem autorização orçamentá-

ria, e limita o uso de carro oficial aos ministros de estado, aos presidentes da Câmara, do Senado e de tribunais superiores.

O vazamento de receita através de subsídios e incentivos fiscais, um dos grandes focos do déficit público, será estancado em 50%. Propõe ainda o deputado a maior taxa sobre os imóveis rurais ociosos e a regulamentação do imposto sobre as grandes fortunas, já aplicado na França. As verbas de custeio seriam congeladas. O Executivo teria a obrigação de fornecer a lista completa dos funcionários da administração direta e indireta, para checar quem recebe em mais de um guichê público. O Legislativo e o Judiciário igualmente se sujeitariam a rígidos limites orçamentários. Estados e municípios também teriam de se engajar no mutirão da austeridade, quitando 25% das dívidas externas.

São providências obrigatórias nos regimes democráticos consolidados, onde o contribuinte é informado corretamente para onde vai o seu dinheiro, e o parlamento zela pela austeridade nos gastos públicos. A Inglaterra, que hoje só perde em crescimento (na Europa) para a Itália, vivia situação semelhante (embora com inflação bem menor) no início da década. Um rígido programa de austeridade levou ao saneamento das finanças públicas pelo corte nos gastos. O Estado encolheu com a privatização de empresas (o projeto do deputado Serra prevê a abertura do capital das estatais no mercado para substituir suas dívidas).

Esses princípios podem ser aplicados no Brasil. Por que não? No ano passado, durante a votação do Orçamento deste ano, os deputados e senadores preferiram pensar pequeno, mantendo os incentivos e subsídios na suposição de que agradariam o eleitorado regional. Do mesmo modo, vetaram propostas recentes do Executivo no rumo da austeridade. A ameaça da repetição no Brasil da hiperinflação argentina às vésperas das eleições não comporta tergiversações. O risco exige que o Congresso não fuja às suas responsabilidades no grave momento nacional.